

SUBSÍDIOS PARA A ANÁLISE DOS CONTEÚDOS TEXTUAIS

Darcilia Simões (UERJ)

Resumo: Neste estudo, semântica e semiótica são rastreadas e associadas para construir uma moldura metodológica para a análise de textos. A análise de discurso é também mais um instrumento teórico trazido ao texto como suporte para a leitura e a produção de sentidos, levando em conta os contextos de produção e de interpretação do texto.

Palavras-chave: semântica - semiótica - leitura e compreensão.

Abstract: In this study, semantics and semiotics are tracked and associates to construct a methodological frame for the analysis of texts. The speech analysis is also plus a theoretical instrument brought to the text as support for the semioses, considering contexts of production and reading.

Key-words: semantics - semiotics - reading and comprehension.

1 – INTRODUÇÃO

Considerando-se os estudos semânticos como de importância capital para o efetivo domínio do potencial de uma língua e de suas nuances idiomáticas, assim como para a efetiva compreensão das mensagens contidas nos textos, cumpre examinar com alguma cautela o que os estudiosos nos têm legado neste vasto campo de elucubrações e polêmicas.

Para iniciar nossas considerações relacionadas à Semântica, partiremos da etimologia do termo *semântica*.

[Do gr. *semantiké*, i. e., *téchne semantiké*, 'a arte da significação'.] S. f. 1. E. Ling. Estudo das mudanças ou translações

sofridas, no tempo e no espaço, pela significação das palavras; semasiologia, sematologia, semiótica. 2. E. Ling. O estudo da relação de significação nos signos [v. signo (4 e 5)] e da representação do sentido dos enunciados. 3. E. Ling. P. us. V. semasiologia (1). (FERREIRA)

Uma vez sucintamente examinado o termo *semântica*, tomado como um verbete, passaremos a rastrear o que dizem alguns pesquisadores importantes acerca desse plano da análise lingüística, o qual se destina a analisar o conteúdo expresso pelos signos lingüísticos, quer isoladamente quer em suas atualizações textuais.

Para Pierre Guiraud (1975), semântica é o estudo do sentido das palavras. Formada do grego *sêmainó* (significar) o qual deriva de *sêma* (sinal),

é, em sua origem, o adjetivo correspondente a *sentido*: uma mutação semântica é uma mutação de sentido, após ser aplicado à palavra, o termo é aplicado a qualquer sinal; fala-se de função semântica das cores de um brasão ou nas bandeiras da marinha, do valor semântico de um gesto, de um grito, ou de qualquer sinal por meio do qual transmitimos mensagem e entramos em comunicação com outrem. É semântica tudo o que se refere ao sentido de um sinal de comunicação e, principalmente, tudo o que se refere às palavras.

Guiraud levanta questões de três níveis relevantes na análise semântica:

Psicológica - Por que e como nos comunicamos? Que é um signo, e que se passa em nosso espírito e no de nosso interlocutor quando nos comunicamos? Qual é o substrato e o mecanismo fisiológico e psíquico dessa operação? Etc.

Lógica - Quais as relações do signo com a realidade? Em que condições será um signo aplicável a um objeto ou a uma situação que ele tem a função de representar? Quais são as regras que asseguram uma verdadeira significação?

Lingüística - (...) cada sistema de signos tem as suas regras específicas referentes à sua natureza e função.

A semântica lingüística (...) estuda as palavras no seio da língua: que é uma palavra, quais são as relações entre a forma e

o sentido de uma palavra, e as relações entre as palavras, como asseguram elas a sua função? Etc.

As palavras estão sujeitas à análise em mais de uma dimensão. Geralmente, procede-se à investigação de sua forma e de suas funções. Quanto à forma, as disciplinas que se impõem são: *Fonologia, Morfologia e Sintaxe*; quanto às funções, outra ordem de estudos vem à tona, como: a *Semiótica, a Semântica, a Pragmática, a Estilística, etc.*

2 – SEMÂNTICA, SIGNIFICADO E SENTIDO

No momento nos interessa a Semântica que estuda a função significativa ou representativa das palavras, ou seja, a de transmitir um sentido.

Veja-se o quadro a seguir:

	FORMA	FUNÇÃO		
SONS	Fonologia	Semiótica	REPRESENTATIVA	Semântica
PALAVRAS	Morfologia		COMUNICATIVA	Pragmática
CONSTRUÇÕES	Sintaxe		EXPRESSIVA	Estilística

Ilustrando:

Forma →	chave		FUNÇÃO	
Plano ↓				
Fonológico	/ `šavi /	SEMIÓTICA	SEMÂNTICA	a) <i>chave</i> b) <i>chave</i> de roda c) <i>chave</i> -de-cadeia
Morfológico	chav-e		PRAGMÁTICA	A porta precisa de uma "A" O mecânico precisa de uma "A" ou "B" Aquela pessoa é "C"
Sintático	emprego em contexto frasal		ESTILÍSTICA	<i>chave</i> de interpretação = pista interpretação- <i>chave</i> = idéia-base

Observado o quadro ilustrativo, verifica-se a relevância das seguintes indagações, uma vez que levantam dois problemas essenciais para a semântica: a) do sentido: porque a palavra *chave* designa – *artefato de metal que movimenta a lingüeta das fechaduras*? Não terá ela outros sentidos? Como, por que e quando adquiriu este sentido? Quais são as suas relações com as outras palavras? Etc; b) da significação: O que é uma palavra? Qual é a sua função? Como é essa função assegurada? Significação é, portanto, um termo tomado aqui em seu sentido ativo de substantivo verbal: *significação*; é um processo psicológico, enquanto *sentido* tem um valor estático, é a imagem mental que resulta do processo. Devemos evitar confundir os dois termos, tal como se faz na língua corrente, que fala indiferentemente da significação ou do sentido de uma palavra (GUIRAUD, 1975, p. 11-2).

A partir desta perquirição, percebe-se que o signo lingüístico abre espaço para uma investigação bastante ampla, uma vez que a atualização de um vocábulo e o conseqüente estabelecimento de seu valor/função no contexto frasal vão demandar um domínio apurado do sistema lingüístico de origem, para que se torne possível a produção de um texto eficiente. Quando se fala de valor dinâmico para a significação e valor estático para sentido, focaliza-se o motor lingüístico responsável pela produção de textos e a conseqüente transmissão de mensagens.

A *significação* é um processo de produção de significados. O *sentido* é a resultante da interpretação de um significado emergente de um texto, isto é, o signo tem seu significado delimitado pela estrutura textual e contextual de que participa, e o leitor (ou intérprete) procura desvelar um sentido que estabeleça a comunicação entre ele (leitor, co-autor) e o autor primeiro do texto.

Emergem então novas noções. John Lyons (1977) levanta uma discussão sobre *significado, uso e menção*. Discute a questão da língua-objeto e da metalinguagem; de um ponto de vista semiótico (cf. Peirce, 1975) questiona o processo da significação, considerando-o num prisma comunicativo-pragmático. Insere o

signo lingüístico no universo dos signos em geral e divide a semântica em dois planos: a *lógica* e a *estrutural*. A primeira estuda o significado sob um *ângulo matemático*, de onde formula considerações acerca de *referência, sentido e denotação*; a segunda examina o significado no *plano das relações* e o subdivide em campos semânticos e relações de sentido.

A partir da tríade *significado, uso e menção*, pode-se apurar que aquilo que uma língua expressa acerca do mundo em que vivemos ou acerca de um mundo possível seria o correspondente a significado e poderia ser catalogado em obras de referência como dicionários, glossários, etc. No entanto, a aplicação de um vocábulo em determinado contexto frasal é o que se chama de *uso* e está correlacionado com a variação lingüística, pois carece de adequação para ajustar-se ao texto, aos interlocutores, ao tema, à formalidade da situação, etc. Assim, o emprego de uma forma lingüística é o mesmo que uso. Já a menção é uma modalidade de uso em que o signo aparece na frase como se fosse um objeto. Em outras palavras: o signo empregado como objeto do discurso é o que se entende como signo em menção.

Exemplificando: a) Ao estudar a língua, constata-se que esta é um *código*. b) Entre os *códigos* usados pelo homem, o *código* verbal é o mais prestigiado. c) O termo *código* pode ser empregado para designar qualquer sistema de signos.

No item “a”, temos o signo *código*, em uso sinonímico, como *significado* de língua; em “b”, figurando como *uso* duplicado; e, em “c”, como um exemplo de *menção* (palavra-objeto). Nos exemplos “a” e “b”, temos a língua-objeto representada pelos signos que disponibiliza para representar a experiência. Em “c”, verifica-se o fenômeno do uso *metalingüístico* em que o signo se torna objeto, e a *língua-objeto* discorre sobre si mesma.

Ilustrando: Há quem não conheça o significado do termo *semiótica*. (Observe-se que o termo em itálico é a palavra-objeto que carece de esclarecimento metalingüístico.)

Ainda na visão de Lyons, a semântica observada como lógica ou estrutural, leva-nos a considerar o significado, por um lado segundo suas condições de verdade levando em conta a referência, o sentido e a denotação; por outro, a partir do plano das relações de onde emergem os campos semânticos (por associação) e as relações de sentido (por interdependência).

Para Bernard Pottier (1992), a semântica divide-se em:

Referencial – trata das relações entre o mundo, as conceitualizações e os sistemas das línguas naturais (LN). Estuda o fenômeno da designação dos objetos reais ou imaginários e complementarmente a recorrência às coisas do mundo.

Estrutural – aplica-se a elucidar a motivação da escolha dos signos em uma LN determinada, para analisar o significado em si em relação com o significante.

Discursiva – descreve os mecanismos de passagem da língua ao discurso e vice-versa. Assim como o conhecimento complementar. Os significados da língua resultantes das significações no discurso, contextualizados.

Pragmática – leva em conta as relações de SABER e de VALOR entre os interlocutores, as quais determinam grandemente o conteúdo e a forma das mensagens.

Para Rector & Yunes (1980), estudar semântica lingüística demanda o conhecimento de outras ciências e chama à cena a Semiótica, a Semiologia e a Lingüística. Esta é a ciência que estuda a linguagem humana verbal articulada e estruturada para fins comunicativos (cf. SIMÕES, 2001).

A Semiologia, segundo Abraham Moles (apud RECTOR & YUNES, 1980, p.1), é um ramo da teoria das comunicações que se ocupa dos repertórios de signos construídos por uma convenção explícita ou implícita entre um conjunto de comunicadores distribuídos no espaço e no tempo.

Como já afirmamos em outro trabalho, “a Semiótica, também conhecida como Lógica formal, não se destina a substituir esta ou aquela ciência, mas, ao contrário, servir de baliza para as ciências em geral, dando-lhes suporte filosófico que lhes oriente a análise e a obtenção de conclusões plausíveis” (SIMÕES, 2003).

Observe-se o que diz Peirce:

A tarefa que inauguro é fazer uma filosofia como aquela de Aristóteles, quer dizer, esboçar uma teoria tão compreensiva que, por longo tempo, todo o trabalho da razão humana - na filosofia de todas as escolas e espécies, na matemática, na psicologia, na ciência física, na história, na psicologia e em qualquer outro departamento que possa haver - deve aparecer como preenchimento de seus detalhes. O primeiro passo para isso é encontrar conceitos simples aplicáveis a qualquer assunto. (apud SANTAELLA, 1989, p. 74)

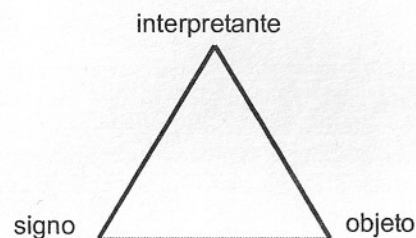
Como se vê, as intenções de Peirce na formulação da Semiótica não são compartimentalizadas, mas universalizantes. Tem-se que a sua formulação possui um caráter metodológico através do qual se torna possível revelar o que subjaz às superfícies significantes captáveis. Esta metodologia permite examinar-se os condicionamentos históricos que fazem com que algo signifique X e não Y. Também permite alargarem-se os eixos interpretativos à medida que reconhecem o intérprete como autônomo em relação ao emissor, enunciador (ou qualquer outro rótulo, dependendo da teoria utilizada para análise).

3 – SEMÂNTICA, SEMIÓTICA, SIGNOS E SIGNIFICAÇÕES

Através dos esquemas semióticos é possível compreender-se a linguagem humana em sua característica mais marcante: o poder de transmitir o não-existente com a mesma facilidade que fala daquilo que é (DEELY, 1990, p. 37). A partir daqui convém esclarecer que a semiótica ocupa-se também da linguagem humana, pelo simples fato de ser esta resultante do engendramento

sígnico, que é, por sua vez, o objeto básico da investigação semiótica: a *semiose* - fenômeno de produção de signos e significações.

Vejamos a relação triádica que Peirce evoca quando define o signo.



Para Peirce (cf. SIMÕES, 1997), o *signo* é entendido como algo que representa *alguma coisa (objeto)* que ali não pode estar; signo é, portanto, um representâmen, algo que, sob certo aspecto ou de algum modo, representa alguma coisa para alguém; isto é, cria na mente do intérprete (receptor, decodificador) um sinal equivalente ou talvez um signo melhor desenvolvido ao qual chamou de *interpretante* do primeiro signo.

Com essas breves noções, torna-se possível verificar que *o estudo da semântica não se faz isoladamente*. Noções de semiótica acabam por impor-se à proporção que se adentra o universo das significações e se observa o processo de construção do sentido. *Sabendo-se do compromisso entre texto e comunicação, é possível perceber-se o relacionamento indispensável entre forma, função e valor, o que, a seu turno, demanda um olhar tridimensional sobre o signo*. Neste prisma, a semiótica apresenta a moldura técnico-científica fundamental para a compreensão do *fenômeno da semiose* (processo de significação) que se constrói sobre bases *semióticas, semânticas e pragmáticas*. Logo, a visão triádica da cognição que se explicita na semiótica é a chave para o entendimento da formulação textual, da seleção dos significantes, do engendramento dos significados e sua subsequente atualização em sentidos.

4 – O TRIÂNGULO SEMIÓTICO

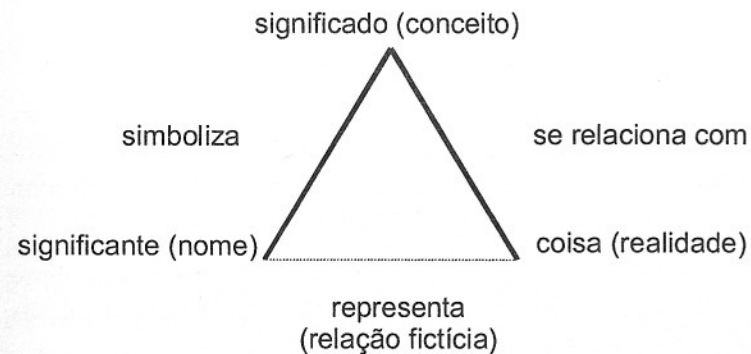
Com o objetivo de clarificar o percurso da evolução do triângulo semiótico, apresentamos aqui três de suas versões, com vistas a viabilizar a comparação terminológica e suas correlações significativas.

O mais importante do triângulo semiótico é a abertura de sua base, onde se estabelece a relação entre o signo e o objeto, a partir da qual verifica-se a indicação da *semiose* (processo de construção do significado e do sentido) ilimitada (cf. linha pontilhada).

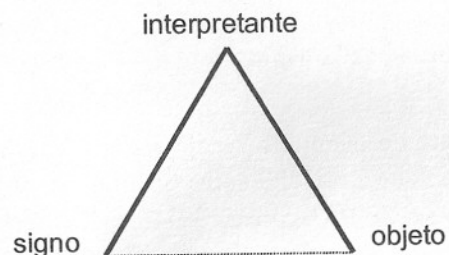
Triângulo semiótico de Ogden e Richards (RECTOR & YUNES, 1980, p. 42):



Ullmann (apud RECTOR & YUNES, 1980, p. 43) retoma o mesmo triângulo da seguinte forma:



Peirce (apud FERRARA, 1986, p. 66) assim reconstrói o triângulo semiótico:



(...) em princípio, qualquer mensagem, ao ser estruturada, destina-se a transmitir uma informação ao ouvinte – essa a função referencial, básica, da linguagem. Quando, porém, a mensagem se volta para ela própria, com o promover dos aspectos palpáveis dos elementos lingüísticos, ocorre uma espécie de absolutização dos signos, que se sobrepõe à função referencial especificamente denotativa e, ainda que não oblitere a referência, torna-a ambígua, gerando o processo de semiose ilimitada que caracteriza a função poética da linguagem.

Do ponto de vista lingüístico, o fulcrar-se da mensagem em si mesma decorre de uma seleção de signos que se faz, no nível paradigmático, com base em semelhanças e dessemelhanças, equivalências sonoras, etc. e de uma combinação de signos na seqüência, que se organiza pela projeção das equivalências do eixo da seleção sobre os elementos a combinar. (MARGUES, 1976, p. 51-2)

A noção de interpretante é também indispensável por fornecer elementos que explicitam o controle sociocultural da produção de sentidos, a partir da cristalização dos significados no contexto social onde o código se atualiza (funciona).

Grosso modo, pode-se entender o interpretante como correlato a senso comum, ou seja, um conjunto de valores sociais que regula a compreensão das mensagens.

Na visão peirceana, *interpretante* corresponde a

uma espécie de Supersigno ou Supercódigo, individual ou coletivo, que reelabora constantemente o seu repertório de signos em confronto com a experiência, conferindo aos signos, em última instância, o seu significado real, prático. O interpretante, assim, não é uma “coisa”, mas antes o processo relacional pelo qual os signos são absorvidos, utilizados e criados. (PIGNATARI, 1976, p. 29-30)

Nesse sentido, entendemos como *pragmática* o estudo dos princípios de cooperação que atuam no relacionamento lingüístico entre o falante e o ouvinte, permitindo que o ouvinte interprete o enunciado do seu interlocutor. No prisma semiótico, a pragmática estuda as relações entre as palavras, expressões ou símbolos e seus usuários, as quais circunstancializam o processo enunciativo.

5 – REFLEXÕES LÉXICO-SINTÁTICO-SEMÂNTICAS

5.1. A SELEÇÃO LEXICAL

O conhecimento da camada semântica da língua é de extrema relevância para a produção de textos eficientes. É justamente no eixo da seleção (paradigmático) em que se dá início à construção de uma trilha de signos que possa conduzir o destinatário da mensagem (a ser transmitida pelo texto) a uma aproximação maior do sentido pretendido pelo enunciador.

Para facilitar tal seleção, impõe-se um conhecimento das fontes depositárias do léxico da língua. Estas são os dicionários, vocabulários, glossários, etc. Contudo, não basta lançar mão de uma obra de referência qualquer como meio garantidor da eficiência textual. É indispensável um prévio conhecimento dos tipos de dicionário, por exemplo, para que se parta para uma consulta, de fato, adequada aos fins pretendidos. E entender que tarefas competem à Lexicologia e à Lexicografia:

A Lexicologia é o setor da Lingüística que trata do estudo dos vocábulos, examinando, com a possível minúcia, todos os aspectos a eles pertinentes, tais como a sua evolução histórica, sua etimologia, a sua maior ou menor difusão em determinado estágio de sua evolução, a freqüência de uso deste ou daquele termo, enfim, todo o vasto campo de estudos relacionados com o Léxico.

A Lexicografia cuida da ciência, das técnicas e das metodologias específicas para a elaboração de dicionários, vocabulários, glossários e índices vocabulares de diversas naturezas. (A. G. CUNHA, 1997, p. 319).

Os tipos de material lexicográfico também interessam ao analista. Vejamos alguns desses produtos:

Tesouro – compreende exaustivamente todas as palavras do léxico da língua, desde as mais antigas e obsoletas até as mais recentes incorporações.

Dicionário – segue a prática do tesouro, sem atender a exaustividade, pois é escrito para a geração que o lê, procurando, desta forma, ser sincrônico.

Os dicionários que apresentam seus verbetes em um único idioma são conhecidos como unilíngües ou monolíngües. Seis tipos de dicionários deste gênero estão presentes de forma muito diversificada no mundo atual, designados conforme o conteúdo oferecido e a finalidade prática, a saber: dicionário de definições, de sinônimos, de dificuldades, etimológico, analógico e enciclopédico. O dicionário de uso mais comum é o chamado *dicionário geral*, cuja função primordial é fornecer o significado da palavra através de explicações semânticas. Às definições apresentadas, acompanham informações lexicais como: etimologia, pronúncia, separação silábica, classe gramatical, sinônimos, antônimos e sugestões de idéias afins.

No entanto, há um tipo de dicionário cuja ajuda na produção do texto eficiente é a mais relevante: o dicionário analógico ou de idéias afins, versão mais prestimosa do dicionário de sinônimos. Nele, as palavras são agrupadas por uma idéia comum. Em geral, apresenta em suas páginas finais um índice remissivo o qual relaciona todas as palavras do dicionário seguidas

da indicação numérica correspondente à página ou grupo em que as mesmas são encontradas.

Vocabulário – contém uma relação de palavras, geralmente apresentadas apenas com a informação da classe gramatical.

Glossário – constitui-se pelo léxico de vocábulos não usuais, presentes em um texto ou uma obra, referentes a um certo estágio da língua, um ramo do conhecimento humano, uma classe social, uma faixa etária, uma obra, um dialeto, etc.

Chamamos, portanto, a atenção para o uso dessa modalidade de obra de referência, sem a qual o trabalho de redação torna-se bem mais difícil.

Antenor Nascentes contemplou-nos com um projeto de *Dicionário de Sinônimos*¹, com estruturação analógica, que deixa a desejar em função de não ter sido concluído em vida. Há uma edição produzida pela Editora Nova Fronteira. Indicamos esse material como exemplo de dicionário indispensável em nossa biblioteca.

No âmbito da seleção lexical, a cautela com os parônimos pode ser questão de vida ou morte quando se tratar de solucionar um impasse jurídico, por exemplo: uma sentença de pena capital prolatada inadequadamente, se *ratificada* ao invés de *retificada*, resultará num assassinato de um inocente.

5. 2. ADEQUAÇÃO SINTÁTICA

A) COLOCAÇÃO

A colocação dos termos na oração sempre ficou restrita ao estudo da posição dos pronomes átonos. No entanto, a gramática demonstra a importância da ordem dos vocábulos na produção

¹ Apesar da denominação recebida, a obra enquadra-se no rol dos dicionários analógicos, pois, como informa sua introdução (1981: IX), desempenha a função de determinar a *diferença de significação entre palavras reputadas sinônimas, inovando na forma de arrolar os vocábulos*.

oracional desde a estruturação de um sintagma nominal (suboracional). Em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, Machado do Assis nos contempla comum jogo de palavras da mais alta relevância expressiva, ao apresentar-se não como um *autor defunto*, mas um *defunto autor*. Da mesma forma que Mattoso Câmara (1980) fala das classes de palavras e exemplifica com o dado posicional resultante dos sintagmas: *marinheiro brasileiro & brasileiro marinheiro*. Fala o autor que a determinação do valor substantivo ou adjetivo decorre da posição que o vocábulo ocupa no sintagma.

Outro caso: Escrever *direito* & Ficar *direito*. O emprego do vocábulo *direito* junto aos verbos *escrever* e *ficar* resulta em modificação de sua classe gramatical, uma vez que o verbo nocional *escrever* rege uma função circunstancial que confere a *direito* o estatuto de advérbio; enquanto o verbo situacional *ficar* rege uma função atributiva, a qual resulta num valor adjetivo para *direito*. Logo, é também a colocação (junto de...) que determina a classe gramatical e a função sintática dos termos em discussão.

Como se vê, a colocação não é exclusiva dos pronomes, tampouco um fato meramente estilístico. Do domínio das conseqüências da colocação resulta uma competência lingüística comunicativa mais (ou menos) eficiente.

B) REGÊNCIA

Assim como a colocação, a regência precisa ser examinada com novos olhos. Apoiados na variação lingüística, muitos defendem mudanças de regências e reagem contra os que cobram modelos normativos. No entanto, é preciso ponderar sobre as conseqüências comunicativas dessa ou daquela mudança. Em casos como *assistir ao filme* & *assistir o filme* vê-se que *premiar* e *dar atenção* funcionam em um mesmo eixo semântico, portanto, a mensagem não será prejudicada. Todavia, em casos como *visar o cheque* & *visar ao cheque*, *dar visto* e *pretender*

estão em campos semânticos muito distanciados, e a conseqüência comunicativa pode ser da maior gravidade.

Expressões como não me dou o luxo & não me dou ao luxo, são tidas como sinônimas, no entanto, a regência diferenciada gera mensagens também diferentes: a) não me dou o = X não dá a si '‡noção de dupla transitividade; b) não me dou ao = X não se dá a si '‡noção de reflexividade.

Pode parecer preciosismo, mas, de tanto abrir mão do purismo lingüístico, podemos acabar no culto do equívoco por excesso de "duplas possibilidades".

É comum, nas falas televisivas (entre outras), construções como: é preciso dizer *de que...* Veja-se que *dizer* é um verbo que admite várias predicções. Entre elas, a transitividade direta, a direta e indireta, e até a intransitividade. Pode-se, portanto: dizer *algo*; dizer *algo a alguém* ou simplesmente *dizer*. A estrutura em discussão - é preciso *dizer de que...* - estaria no plano da *intransitividade*, uma vez que a presença da proposição *de* levamos, no caso, a esperar *um adjunto adverbial de assunto*, e a aceção para *dizer* seria *discorrer*, *dissertar*, etc., contudo, o locutor parecia querer usá-lo como *falar*.

É uma reflexão curta, mas que pode provocar uma série de outras que supomos relevantes.

C) EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS

Outro caso digno de atenção é o uso indevido de formas fixas como *ir ao encontro de* & *ir de encontro a*. Trata-se de formas de sentido contrário. A primeira refere-se à coincidência; enquanto a segunda, à colisão, ao conflito. No entanto, o uso indiscriminado de tais expressões demonstra o baixo domínio do vernáculo; e o texto em que figuram expressões assim mal utilizadas, em se tratando de texto documental, técnico ou científico, vai gerar problema de comunicação gravíssimo.

Vejam mais um caso: *em vez de & ao invés de*. Mais de uma vez ouvimos dizer “tanto faz uma como outra”, quando alguém pedia ajuda sobre a seleção adequada da expressão. Contudo, *em vez de* significa *em lugar de, em substituição a*; enquanto que *ao invés de* quer dizer *ao contrário de, em oposição a*.

5. 3. OS VALORES SEMÂNTICOS

Considerando-se que um texto só se completa quando lido, uma vez que o significado e o sentido não estão colados aos signos, mas nascem da relação destes com seus intérpretes, vê-se o leitor diante do dilema de qual será a leitura autorizada.

Os estudos semânticos então vêm em socorro do leitor no sentido de fornecer-lhe instrumental tático de abordagem textual, com vistas a diminuir os riscos das interpretações esotéricas ou estapafúrdias. A semântica analisa os signos como unidades capazes de reunir traços suficientes à orientação do intérprete na direção dos significados e sentidos mais próximos ou apropriados para o texto. Observe-se que direção e sentido são signos que podem incluir-se no mesmo campo semântico, uma vez que ambos (neste caso) tratam de orientação, direção, rumo.

Quando se fala em significado (substantivo deverbal do particípio do verbo significar), verifica-se que há acepções catalogadas nos dicionários das línguas que servem de referência para o entendimento das mensagens. Contudo, não se pode perder de vista que, apesar disto, os textos podem inaugurar novos significados (não-dicionarizados) e que os sentidos muitas vezes extrapolam os significados, uma vez que os usos figurados parecem ser muito mais freqüentes que os literais.

Em decorrência destes fatos, os estudiosos oferecem ao leitor contemporâneo suporte teórico consistente quanto à produção de leitura a partir de recortes temáticos (ou *isotopias*) emergentes dos signos-chave (verbais ou não-verbais) que se apresentam na superfície dos textos.

O termo *isótopos* (origem grega) classifica elementos que apresentam o mesmo número atômico, são quase idênticos no funcionamento, mas possuem massas diferentes. Por extensão, em Lingüística (e na Ciência da Literatura), classificam-se signos como *isotópicos* quando estes *apresentam o mesmo significante* (ou significantes bem aproximados) *apesar de apontarem para significados e sentidos diferentes*. Logo, por possuírem identidade formal no texto, os significantes podem ser classificados como *isotópicos*. Logo, isotopia, em análise semântica (cf. GREIMAS) pode ser entendida como um recorte epistemológico ou a eleição de uma perspectiva de leitura para dado texto, orientada pela cadeia de significantes que o compõe.

Como afirmamos em trabalhos anteriores (cf. SIMÕES, 1997 e 2003), os textos verbais apresentam palavras-chave que funcionam como “âncoras” para marcação e assentamento das bases que permitem o desencadeamento lógico-conceitual do raciocínio: no que respeita ao redator, disciplinando-lhe as propostas textuais – tanto no eixo da seleção quanto no da combinação – para que não perca de vista o necessário conhecimento partilhado entre emissor e receptor; quanto ao leitor, instruindo-lhe a leitura das marcas textuais (os vários mecanismos de coesão) presentes na superfície do texto-objeto sobre o qual se encontra operando. As duas atitudes – do redator e do leitor – dirigem-se à textualidade, que é qualidade de uma proposição com eficiência comunicativa.

Retomando isotopia, nela será observado que há elementos textuais que se relacionam semanticamente, possibilitando a organização de grupos de palavras e expressões conhecidos como campos ou grupos semânticos. A formação destes grupos, por sua vez, permite sejam deduzidos grupos léxicos (ou lexicais) que se estruturam a partir das relações pré-textuais que tais signos manifestam e, a partir das quais, o produtor do texto organiza suas escolhas. Exemplificando, campo semântico: amor, flor, coração, alegria, encontro, etc.; campo léxico: casa, lar, moradia, residência, prédio, etc.

Para clarificar a idéia de isotopia e de palavra-chave ou *conector isotópico*, vejamos o seguinte exemplo:

Você quer que eu *cometa* (1) uma loucura
Se você me quer
Cometa (2)

(fragmento de *Meu amor meu bem me ame*,
de Zeca Baleiro)

Observe-se que o signo cometa está assinalado com expoente, justo para indicar que há nele algum dado a mais a ser observado. *Cometa*¹ (f.v. de cometer = praticar, fazer; perpetrar), parece que há uma univocidade de leitura; no entanto, em *cometa*² (f.v. de cometer ou s. m.) abre-se um espaço, pelo menos, para a ambigüidade, pois o significado primeiro (repetição do inscrito em sua ocorrência anterior) pode ser então substituído pela idéia de cometa (s.m.) interpretado no sentido figurado de pessoa que aparece e desaparece rapidamente.

Tal interpretação influenciaria a predicação do verbo querer, por exemplo.

Quando se diz: *se você me quer / cometa* (você) (uma loucura), o verbo *querer* significa *desejar* e sua noção é transitiva relativa; entretanto, se a leitura direcionar-se para *se você me quer cometa*, a predicação muda para transitivo predicativo, uma vez que o signo *cometa* (além de passar a substantivo), ganha foros de predicativo, pois passa a descrever o objeto de querer VOCÊ QUER + ME (A MIM) + (EU = COMETA).

Ainda que essa demonstração tenha sido mínima, fica claro que falar em semântica implica tratar da delimitação do objeto de estudo: o *significado*. Uma vez estabelecidos os limites do significado, torna-se possível desenvolverem-se raciocínios que estabeleçam diferenças e semelhança entre textos, enunciados, expressões, palavras, etc.

Em meio aos conteúdos semânticos mais freqüentes nas aulas de língua, destacam-se: a) no nível explícito: sinonímia,

antonímia, ambigüidade ou vagueza, polissemia, anáfora; b) no nível implícito: acarretamento, pressuposição e implicatura. Há um estudo bem didático realizado por Moura (2000), cuja leitura é recomendável aos docentes e discentes.

Os estudos realizados pela Lingüística Textual (LT) e pela Análise de Discurso (AD) muito têm acrescentado ao plano da análise semântica, porque têm levantado pontos de apoio para a compreensão da diferença entre significado e sentido. Em outras oportunidades já verificamos que o significado seria algo imediatamente ligado ao vocábulo (ou item léxico), enquanto o sentido é totalmente abstrato e fugaz, pois se situa nas mentes do enunciador₁ (o primeiro produtor do texto) e do enunciatário (ou enunciatador_N). E é a partir das confusões provocadas pela não captação do sentido que surgem os grandes desentendimentos.

Originalmente, desenvolveram-se teorias que sustentavam a idéia de que o significado emanava de Deus. Posteriormente, novas teorias surgiam contestando a primeira e tentando provar que os significados se encontravam na natureza. O ponto comum entre essas duas visões é a irrefutabilidade. Para uma e para outra correntes teóricas, o significado era algo indiscutível. Cabia ao homem descobri-lo e acatá-lo. Dessa forma de ver o mundo, resulta uma acomodação fundada na idéia de que *tudo é como é por força divina ou natural, logo, não deve ser questionado* (cf. RODRÍGUEZ, 1998, p. 57). Sob este ponto de vista, o caráter simbólico da linguagem era afastado, despindo o signo de sua condição de produto histórico, ideológico que reflete a participação dos sujeitos na construção da realidade social.

Isto posto, cumpre chamar a atenção para a inter-relação necessária entre texto e discurso. Entendemos como texto a construção simbólica de um objeto destinado a fazer circular mensagens entre os sujeitos sociais. Já o discurso é a materialização textual de formas de ver o mundo. Um mesmo texto pode estar recheado de várias formações discursivas. Em outras palavras: um texto produzido por um sujeito X pode conter vários sujeitos

discursivos em seu interior, pois cada um destes manifesta posições distintas ante o tema em discussão.

Ex.: Não podemos deixar de questionar o processo de ascensão direta do 2º para o 3º grau. Disto emerge a desvalorização do concurso vestibular que, em última análise, vai gerar prejuízo financeiro para as empresas educacionais. **[discurso do empresário]** Por outro lado, os estudantes, se já não gostam muito de estudar, acabam por desligar-se do compromisso com o processo seletivo e menos atenção darão para o estudo em casa, aumentando assim o problema do controle das ações praticadas pelos jovens e, por conseguinte, aumentando o potencial de delinqüência. **[discurso do educador]** (Indicamos as mudanças de sujeito posições discursivas.)

Como é possível perceber, o trecho do exemplo pode demonstrar pelo menos duas vozes diferenciadas: a do empresário e a do educador. Estas vozes, por sua vez, não são exclusivas deste ou daquele empresário, deste ou daquele educador, senão um reflexo de uma ideologia comum àquelas categorias e produzidas em conseqüência de um processo histórico que formula esses modelos de raciocínio. O enunciador, por sua vez, pronuncia-se e funciona como porta-voz dessas marcas ideológicas quase que inconscientemente, pois o processo histórico gera uma impregnação simbólico-discursiva da qual só se protegem os que estiverem atentos à força de produção dos bens socioculturais que circulam (sobretudo pela mídia) e acabam por moldar sujeitos, por automatizar raciocínios, transformando a sociedade numa indústria com bases robóticas.

Em vista disso, o estudo da semântica textual precisa levar em conta que a tessitura do texto (tomado como objeto sensível) conterà marcas lingüísticas que, a seu turno, indicam atitudes ideológicas que conduzem a leitura (interpretação) da mensagem para este ou para aquele lugar. Disto decorre a necessidade de identificarem-se as diferenças entre significado e sentido, pois um item lexical dicionarizado com significados A, B, C pode estar sendo usado com a intenção de gerar um sentido Z não captável entre os significados prévios (dicionarizados). Veja-se o exemplo a seguir:

Tabuleiro de xadrez de um vizir louco ou areias movediças, escolha sua metáfora para o que os americanos enfrentam no Oriente Médio e na Ásia Central na sua tentativa de dominar a região. Jogar xadrez com um maluco sobre um sumidouro talvez seja a descrição mais sintética e adequada. Os objetivos americanos são simples, como sempre: retribuição e controle. Os dos orientais, árabes ou não, são **arabescos**. (XADREZ - Luís Fernando Veríssimo: O Globo, 30-9-01).

O termo *arabescos* (do it. *arabesco*. 1. Ornato de origem árabe, no qual se entrelaçam linhas, ramagens, grinaldas, flores, frutos, etc. 2. Rabisco, garatuja) aparece no texto com outro valor: o de adjetivo, correspondendo assim a *de árabe* (= *do oriente, coisa desconhecida no ocidente e, portanto, de difícil compreensão*). A diferença no entendimento da classe gramatical gera valor novo, confrontem-se: *arabesco*₁ (= traçado exótico); *arabesco*₂ (característico da civilização oriental). O sentido resultante da interpretação (*arabesco*₂) é endossado pelos sintagmas grifados no seguinte trecho: Os objetivos americanos são simples, como sempre: retribuição e controle. Os dos orientais, árabes ou não, são arabescos. Observe-se que o paralelismo da forma sustenta a interpretação de *arabescos* como adjetivo em par com *simples*. Um sentido não anula o outro, contudo, o valor adjetivo teria sido o eleito pelo enunciador₁.

O levantamento de valores semânticos num texto requer a apreensão dos sujeitos discursivos, pois são estes papéis que fornecerão pistas para a melhor interpretação. No caso do texto de LFV, é possível verificar um *enunciador crítico* ao lado de um *enunciador repórter* (noticiador ou noticiarista). Este se ocupa de informar; aquele, de questionar. Entretanto, o enunciador-autor é indiscutivelmente LFV. Este é o produtor do texto que, por sua vez, não é o sujeito do texto. O sujeito do texto é plural e vai manifestar-se nas frases que compõem os enunciados.

Ilustrando a identificação de sujeitos textuais:

Tabuleiro de xadrez de um vizir louco ou areias movediças, [Sujeito oculto: você] escolha sua metáfora para o que os

americanos enfrentam no Oriente Médio e na Ásia Central na sua tentativa de dominar a região.

Jogar xadrez com um maluco sobre um sumidouro [sujeito oracional] talvez seja a descrição mais sintética e adequada. Os objetivos americanos [sujeito simples] são simples, como sempre: retribuição e controle. Os dos orientais [sujeito simples], árabes ou não, são arabescos.

Observe-se a abundância de sujeitos textuais em comparação com a existência de um sujeito real [enunciador-autor = LFV], dois sujeitos discursivos (pelo menos) [o enunciador crítico e o enunciador repórter] e múltiplos sujeitos enunciatários [leitores ou enunciatários_N]. Dentro dessa abundância não é difícil perceber-se que a identificação dos sentidos inscrita nos textos demanda uma capacidade prévia de reconhecimento das estruturas da língua e, por conseguinte, do vocabulário e dos registros lingüísticos, a partir do que o leitor poderá fazer as inferências que o levarão a depreender os interdiscursos presentes no texto, isto é, o supersigno interpretante que deve balizar a compreensão da mensagem básica.

O ato de ler (captar os valores semântico-pragmáticos inscritos no texto) pode ser compreendido como uma prática social, algo que se inscreve na dimensão simbólica das atividades humanas. Por isso, a pragmática é domínio indispensável a ser considerado quando da leitura, para que os sentidos construídos para o texto não fiquem deslocados diante da inserção social do enunciado e das relações com os sujeitos discursivos nele presentes.

As contribuições da LT são mais relevantes no que concerne à análise da coesão e da coerência. E a partir da compreensão das marcas textuais (coesão) ou semânticas (coerência) que garantem a existência desses requisitos de textualidade, é que se torna possível identificar a travessia dos interdiscursos, eleger as interpretações mais adequadas para enunciados, trechos ou mesmo termos, sem ultrapassar os limites do signo.

Para reflexão:

O mito é inseparável da linguagem e, como Logos, Mythos significa na origem palavra, discurso. Nascem juntos na linguagem e depois se distinguem; Logos torna-se o discurso racional, lógico e objetivo do espírito pensando um mundo que lhe é exterior; Mythos constitui o discurso da compreensão subjetiva, singular e concreta de um espírito que adere ao mundo e o sente a partir do interior. Depois, Mythos e Logos opuseram-se, Mythos aparecendo ao Logos como uma fábula e lenda desprovidas de verdade, Logos aparecendo ao Mythos como abstração descarnada, exterior às realidades profundas.

Mas, como dissemos, uma racionalidade aberta descobriu no mito “um modo de pensamento semanticamente autônomo a que corresponde o seu próprio mundo e a sua própria esfera de verdade” (CASSIRER, 1972). Mas o que são esse pensamento, esse mundo, essa esfera de verdade? (MORIN, 1996, p. 149).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAMARA JR., J. Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- DEELY, John. *Semiótica básica*. São Paulo: Ática, 1990.
- FERRARA, Lucrecia D'Aléssio. *A estratégia dos signos*. São Paulo: Perspectiva, 1986.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa séc. XXI* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, versão digital.
- GREIMAS, A. J. & COURTÉS, J. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Cultrix. s/d
- GUIRAUD, Pierre. *A semântica*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1975.
- HOUAISS, Antônio & VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, versão digital.
- LYONS, John. *Semantics*, Cambridge: Cambridge University Press. 1977.

- MARQUES, Maria Helena Duarte. *Estudos semânticos*. Rio de Janeiro: Grifo, 1976.
- MORIN, Edgard. *O conhecimento do conhecimento*. Mira-Sintra: Publicações Europa-América, 1996.
- MOURA, Heronides Maurílio de Melo. *Significação e Contexto: uma introdução a questões de semântica e pragmática*. Florianópolis: Insular, 2000.
- PEIRCE, Charles S. *Semiótica e filosofia*. São Paulo: Cultrix, EDUSP, 1975.
- PIGNATARI, Décio. *Informação. Linguagem. Comunicação*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- POTTIER, Bernard. *Sémantique general*. Paris: PUF, 1992.
- RECTOR, Monica & YUNES, Eliana. *Manual de semântica*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.
- RODRÍGUEZ, Carolina. Sentido, interpretação e história. In: ORLANDI, Eni. *A leitura e os leitores*. São Paulo: Pontes, 1998.
- SANTAELLA, Lúcia. *O que é semiótica*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- SIMÕES, Darcilia. *Semiótica & ensino*. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2003.
- . *Leitura, compreensão de textos e aprendizagem: uma abordagem semiótica*. Comunicação apresentada no 1º Círculo de Estudos Lingüísticos do Programa de Mestrado em Letras da UERJ, 2001.
- . A construção fonossemiótica dos personagens de “Desenredo” de Guimarães Rosa. In: *Philologus*, set-dez/97, p. 67-81.
- VILELA, Gláucia Regina da R. F. *Língua portuguesa: estudos lexicográficos e reflexões sobre o ensino*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: IL/UERJ, 2000.